

A Confissão de Augsburgo No Contexto Histórico, Teológico e Missionário *

Kjell Nordstokke

Há mais ou menos dois anos enviei um questionário sobre a Confissão de Augsburgo (CA) a uns 40 pastores da IECLB. Queria saber que valor davam a este documento confessional de nossa igreja. Só poucos responderam, e, por isso, ficou-me totalmente claro que para a maioria dos nossos pastores a CA não teve importância nenhuma; para uns só tinha servido como texto nas aulas de latim, para outros representou um perigo de retrocesso na luta para contextualizar nossa igreja na realidade brasileira.

Caso tivesse que fazer a mesma pesquisa no segundo semestre de 1980, ano jubilar da CA, as respostas, provavelmente, seriam bem diferentes. Durante o ano de 1980 tivemos uma verdadeira renascença da CA, não só num sentido nostálgico, mas até muito construtivo, tendo em vista a procura de identidade pela qual a IECLB está passando.

Quem teve a oportunidade de participar das festividades do 450º aniversário da CA em Augsburgo, em junho de 1980, pôde observar que isto não foi apenas um fenômeno brasileiro. Em muitas igrejas chamadas luteranas, especialmente no terceiro mundo, há uma redescoberta da CA e da sua dimensão teológica e missionária, e o documento que antes podia ser encarado como antigo e pertencente a um pensamento europeu e, com isto, colonialista, de repente recebeu uma reverência e importância inéditas, tanto na questão da identidade luterana, como também no diálogo ecumênico.

Há uma tendência destas igrejas do terceiro mundo de desligar a CA do seu contexto histórico e de quase absolutizar o seu conteúdo de uma forma bastante ahistórica. Na Europa a tendência é contrária: A importância que se dá à situação histórica em que nasceu a CA faz com que o seu conteúdo seja relativizado e o documento passa a ser colocado ao lado de muitos outros que nasceram na mesma época.

(*) Palestra apresentada em Camboriú/SC, em 9.9.1980, no convento pastoral: "O nosso compromisso luterano".

É importante que não nos percamos em nenhum destes extremismos. Creio que nos devemos ocupar tanto com o conteúdo histórico no qual a CA surgiu, quanto com a importância que esse documento possa ter em nossa situação eclesial específica.

I. O CONTEXTO HISTÓRICO DA CONFISSÃO DE AUGSBURGO

Os elementos fundamentais do contexto histórico da CA são conhecidos. O Imperador Carlos V convocou a Dieta de Augsburgo, em 1530, com a intenção de unir a Alemanha ante o perigo de uma invasão turca. A unidade dos alemães dependia duma solução da questão religiosa, e as partes foram convidadas para apresentar, por escrito, a sua posição. Da parte protestante foram entregues três documentos: "Ratio fidei" de Zwínglio, "Confessio Tetrapolitana" de quatro cidades do sul da Alemanha, e o que nós chamamos de "Confessio Augustana", a qual representa a posição de uns poucos príncipes e cidades da Alemanha Central.

Graças à diplomacia muito ativa do príncipe João, da Saxônia, a Confessio Augustana foi o único documento lido publicamente na presença do Imperador, em 25 de junho de 1530, leitura esta que durou duas horas e foi proferida pelo chanceler Christian Beyer. O imperador provavelmente não entendeu o alemão, mas a leitura causou um impacto enorme entre os ouvintes que estavam na sala de reuniões e entre aqueles que se encontravam no pátio, de onde também puderam ouvir tudo o que era lido.

Com isto chegamos a um ponto importantíssimo na apresentação do contexto histórico da CA: O documento foi apresentado por um leigo e evidenciou a coragem de líderes civis – príncipes e vereadores – de confessar publicamente a fé de suas comunidades, correndo o risco de serem condenados e perseguidos. O primeiro artigo começa assim: "As igrejas ensinam entre nós com magno consenso ..." Com isto vemos que a posição doutrinária não é unicamente questão dos teólogos, mas das comunidades, e: esta posição é confessada publicamente quando se encontra questionada ou desafiada.

O teólogo – neste caso Filipe Melanchthon – só era o colaborador que servia como assessor especialista. Não há nada que indique que tenha tido a liberdade de tomar posições sozinho. Suas formulações foram constantemente apreciadas pelos leigos.

A CA também representa a continuação de documentos elaborados anteriormente. Assim, os artigos 22 a 28 estão relacionados com os artigos de Torgau, elaborados em maio de 1530, para

servir de apologia da causa protestante; como, porém, se evidenciou em Augsburg que também se esperava uma apresentação mais positiva da posição protestante, também foram elaborados os primeiros 21 artigos – a confissão propriamente dita – seguindo, em grande parte, o conteúdo dos artigos de Schwabach de 1529.

Como se sabe, Lutero não esteve presente na Dieta de Augsburg. O edito de Worms, de 1521, declarara-o herege e com isto não tinha segurança pessoal. Assim Lutero ficou no castelo de Coburgo, ponto mais meridional do território de João da Saxônia, onde ainda pôde gozar de segurança. Mas é possível que João tenha deixado Lutero em casa, propositadamente. A possibilidade de conseguir paz e entendimento com o Imperador seria menor caso o rebelde fizesse parte da comitiva. Sem dúvida, seria possível para o príncipe dar proteção a Lutero, mesmo em Augsburg, mas o tema era paz e não controvérsia e provocação. Por isto, Melanchthon foi nomeado teólogo principal da comissão, um homem muito mais diplomático do que Lutero.

Pode ser que é a isto que Lutero se refere quando numa carta de Coburgo, em um comentário à CA, diz que não poderia ter andado tão suave (*leisetreten*) quanto Filipe(1). Normalmente esta frase é entendida como uma crítica à fraqueza de Filipe e à tentativa de celebrar um acordo com os papistas. 'A CA é boa, mas a atitude de Filipe é questionável!' Assim normalmente são entendidas estas palavras de Lutero. Mas parece-me que é igualmente possível compreendê-las no sentido positivo, isto é, que Lutero admita que os acontecimentos em Augsburg necessitavam realmente de outro comportamento, diferente do seu.

Com isto chegamos a um outro ponto muito importante do contexto histórico: O documento nasceu num ambiente de diálogo e de procura de acordo. Está claro que também era um ambiente cheio de conflitos de manobras táticas. Lembro a questão da pregação em Augsburg durante a Dieta ou, a participação na procissão de Corpus Christi poucos dias antes da abertura da reunião. Mas tudo não passou de simples manobras como num jogo de xadrez, e o mais importante foi o diálogo na comissão dos 14 que se seguiu à apresentação da CA e da Confutatio. Este diálogo começou no dia 16 de agosto e, surpreendentemente, houve bom entendimento a respeito de quase todos os artigos da CA; somente os artigos 12, 20, 21 e 25 a 28 apresentaram problemas mais sérios.

Mais tarde, esta comissão de 14 membros foi substituída por uma outra de 6 componentes e, nesta, como também em encontros

(1) WA Br. 5.319

particulares entre Melanchthon e teólogos católicos, sentiu-se que realmente poderia haver a possibilidade de se chegar a um acordo (2). No fim, Melanchthon colocou 4 pontos como irreversíveis para um acordo, a saber, o casamento do clero, a santa ceia sob duas espécies, a abolição das missas para os mortos, e a convocação dum concílio geral da igreja. Mas nem isso o Vaticano autorizou e, cansado de esperar em Coburgo, Lutero chamou os seus de volta, comentando: "Temo que nunca mais chegaremos tão perto um do outro como em Augsburg" (3).

Esta disposição de se chegar a um acordo também é evidente no texto da CA. O prefácio coloca como meta "estar e militar sob um mesmo Cristo ... em uma só igreja cristã, em unidade e concórdia". A argumentação usada depois dos primeiros 21 artigos situa-se na mesma linha: "Visto as igrejas entre nós não dissentirem da igreja católica em nenhum artigo da fé, abandonando apenas uns poucos abusos que são novos e foram aceitos contra a intenção dos cânones, ...".

Os protestantes querem ser bons católicos, isto se percebe desde o primeiro artigo, onde são repetidas as formulações e anátemas da igreja antiga.

Existem uns poucos abusos. Críticos quiseram sempre opinar que isto é tática política, que o objetivo era minimizar as diferenças para enganar o imperador e fazer com que fossem aceitas. Para mim, tal postulado é muito duvidoso, pois pela posição que a CA imediatamente conquistou entre os protestantes, também depois de ser consagrada a separação entre as duas igrejas, podemos ver a importância teológica que os protestantes deram a este documento. A própria Fórmula de Concórdia expressa isto, dizendo que a CA é "o símbolo da nossa época" (Epit. § 4). Atrás disto podemos ver uma eclesiologia que entende a igreja não como propriedade particular de um certo partido e de uma opinião mas sim, como algo que sempre continua una e santa (CA 7). Pensar desta maneira, conforme a atitude de Lutero, que nunca teve a intenção de formar uma igreja separatista, seria ir contra a própria natureza sacramental da igreja. O caso é muito mais reformar – se possível na cabeça e nos membros – a igreja como na época se apresentava. O cativo babilônico da igreja não acaba com a igreja como congregação dos santos. As estruturas da igreja podem ser discutidas e até a posição do papa ser aceita pelos luteranos, pois

(2) Sobre as discussões em Augsburg, veja p. ex. Herbert Immenkötter, *Der Reichstag zu Augsburg und die Confutatio*. (Münster 1979).

(3) WA Tr. 4, 495.

“tradições humanas” e “ritos e cerimônias instituídos pelos homens” são assuntos secundários (CA 7).

Com isso vemos que CA apresenta uma abertura para um pluralismo na igreja e que dá liberdade para aceitar tradições e práticas diferentes na mesma igreja. Pode-se dizer que isto reflete até um certo ponto a situação na igreja católica daquela época. Existiam várias escolas de teologia e também diferenças nos ritos e nas tradições. Ninguém negou, por causa disso, a unidade da igreja, e a CA quis se referir a esta abertura. Mas ironicamente a mesma CA levou a um processo de enclausamento, tanto por parte da igreja católica, que logo no Concílio de Trento, uniformizou a doutrina e os ritos romanos, como também nas igrejas luteranas que da mesma forma caíram numa ortodoxia fechada. Nasceu o confessionalismo, onde a igreja foi definida pelo fundamento confessional, e na Paz de Augsburg, em 1555, este confessionalismo foi consagrado também pelo Imperador e, com isso, pelo poder civil.

A questão não é quem é culpado por esse desenvolvimento. O importante é constatar a natureza ecumênica da CA, onde a formulação do Imperador de “estar e militar sob um mesmo Cristo” leva a que se coloque a doutrina do evangelho e da administração dos sacramentos como únicos sinais visíveis dessa união, e também a que se fale da posição do outro não como de heresia, mas como de abuso. É impressionante ver como os que confessam a CA estão livres de arrogância e de exigências em relação aos outros; apenas pedem licença para continuar com as reformas realizadas em suas comunidades e têm a convicção de que o próprio evangelho convencerá da verdade e da necessidade dessas reformas.

O que está em pauta é o livre curso do evangelho que transforma o homem e a igreja e cria fé onde e quando aprover ao Espírito Santo (CA 5). Isto não leva a uma negligência da vida na igreja, ao contrário, como afirma CA 24: “a missa é mantida entre nós e celebrada com a máxima reverência”; quase que num tom triunfal querem provar que uma reforma na igreja só é possível quando é renovado o fundamento, a pregação do evangelho e a fé que esta cria.

É, porém, mais autodefesa do que triunfalismo que leva a essa linguagem, pois temos aqui a noção de um outro ponto importantíssimo na CA: a questão poimênica. Já desde o início da Reforma a questão poimênica marcou os acontecimentos. Quando Lutero, em 1517, escreveu as 95 teses sobre as indulgências, não o fez por estar interessado no assunto em si, mas pelo fato de a prática de Tetzel estar confundindo todas as comunidades vizinhas e dificultando a pregação do evangelho. Lutero criticou os bispos

que se aproveitavam das consciências aterrorizadas para aumentar a fortuna da igreja. Na CA vemos a mesma preocupação de pregar o evangelho de uma maneira que consola o pecador e aponta para a graça de Deus como única fonte da salvação. Em CA 20, onde se fala sobre a fé e as boas obras, está escrito: — “as consciências não podem ser tranqüilizadas por qualquer obra, mas tão-somente pela fé, quando estão certas de que por causa de Cristo têm um Deus reconciliado”.

Agora, quando pedem a liberdade de continuar com a reforma dos abusos é, justamente, para que as consciências não voltem a ser aterrorizadas. Na conclusão da primeira parte lemos: — “rogamos que a Majestade Imperial ouça com clemência tanto o que foi mudado, como quais foram as razões, a fim de que não se coaja o povo a observar aqueles abusos contra a consciência”.

É neste contexto que vemos o significado da palavra confessar e confessio. O “Sitz im Leben” da confissão é o questionamento público da fé, e a necessidade de definir claramente o conteúdo da fé. Concomitantemente fala-se da disposição em responder e dar informações também em outras questões que o Imperador achar por bem apresentar. O processo de confessar não terminou com este documento, mas continua e acontece cada vez que a fé é questionada.

Uma última observação histórica: Só poucas pessoas assinaram a CA, se o comparamos, por exemplo, com a Dieta de Espira, em 1529. Os assinantes da CA foram apenas os representantes da Saxônia, de Brandenburgo, Lüneburgo e Hesse e de mais duas cidades. A possibilidade duma vitória era mínima. Sob o ponto de vista humano tratava-se de um empreendimento muito arriscado; somente a fé e a consciência levaram a confessar assim como diz o Salmo 119.46: “Também falarei dos teus testemunhos na presença dos reis, e não me envergonharei”.

II. A CONFISSÃO DE AUGSBURGO EM SEU CONTEXTO SISTEMÁTICO

Passando pelos séculos, desde 1530, vemos que a CA tem tido várias funções e usos nas igrejas luteranas. Alguns assumem a postura do ceticismo, que vê neste documento apenas uma lembrança histórica, que de jeito nenhum nos pode ajudar a confessar em nossos dias. Para estes a CA só atrapalha e faz com que fiquemos presos a formulações antigas.

Outros céticos admitem uma função nostálgica da CA — como uma relíquia bonita que é buscada nos jubileus e polida para

ser mostrada. Ligado, ainda, a esta linha está também o uso festivo da CA, que quase se torna um triunfalismo luterano. As festividades realizadas em Augsburg, no ano de 1980, mostraram algo desse triunfalismo.

Nestes casos a CA não tem nenhuma função sistemática verdadeira. Bem diferente é a situação dos confessionalistas – dos luteranos ortodoxos – que vêm no texto da CA não só uma orientação dogmática, mas praticamente a formulação final dos assuntos mais importantes da dogmática. O confessionalismo muitas vezes só repete as formulações da confissão e usa o texto para medir a ortoxia do outro.

Não é difícil mostrar os problemas do uso confessionalista. Em primeiro lugar, eles se distanciam da prontidão que os confessores tinham(1) de sempre de novo reformular a sua confissão(2) quando os adversários exigiam. O aspecto dinâmico e dialético da confissão falta totalmente no uso confessionalista. A segunda observação é esta: Se CA é norma normata e as Escrituras Sagradas norma normans, teríamos que sublinhar muito mais claro o caráter secundário dos documentos confessionais.

A própria palavra norma é problemática, pois ela indica um uso que é associado a controle e fiscalização. A intenção da CA em Augsburg era bem diferente: queria-se apenas relatar o que as comunidades de fato ensinaram e viviam, para deixar os outros, os ouvintes, medir e julgar, se eles, com esta confissão, de fato se encontravam dentro daquilo que poderia ser chamado de norma da doutrina cristã.

Ainda assim, é possível que nos refiramos à CA como norma, exatamente quando representa a posição das comunidades, mesmo que numa situação de 450 anos atrás. Pois somente desta maneira podemos evitar o individualismo e o relativismo que caracteriza muitos membros das Igrejas protestantes, para os quais crer conforme a sua própria consciência, na realidade nada mais é que crer conforme o seu próprio raciocínio e entendimento. Como cristãos somos sempre "normados", primeiro pela Bíblia que é a norma normans, segundo, pelos escritos e credos confessionais que expressam uma norma normata.

Quando isto é dito, fica também óbvio que sempre existem assuntos que a confissão não tratou ou que surgem novos assuntos que nos desafiam a assumir uma posição confessional. Na conclusão da CA são mencionados assuntos como indulgências, peregrinações, abuso em matéria de excomunhão, e poderíamos também mencionar outros como a mariologia ou a posição do papa. Muitos

lamentam que a CA também não tenha um artigo sobre a Bíblia. Mas não há motivo para lamentar, pois isto seria querer uma confissão completa para poder usar como *codex* em qualquer situação. Surgem novas situações que exigem novas confissões e palavras. A Federação Luterana Mundial compreendeu a questão do *apartheid* na África do Sul como um “*Status Confessionis*”, em sua Assembléia Geral em Dar es Salaam em 1977, e quis com isto apresentar o racismo como uma atitude que não é compatível com o cristão(4).

Pode ser que esta resolução da Federação Luterana Mundial tenha sido por demais influenciada pela situação política e pode até ter um cheiro de oportunismo, querendo satisfazer o contexto africano em que foi realizada esta assembléia. Problemático é também que as próprias igrejas luteranas brancas da África do Sul não aceitem o assunto como “*status confessionis*”, que assim parece ser mais a confissão de uma elite teológica do que das comunidades.

Nesta assembléia em Dar es Salaam houve também um outro evento que marcou realmente a discussão sobre a posição da CA nos últimos anos. O representante oficial do Vaticano deixou entender que se estava cogitando um reconhecimento da CA por parte da igreja católica. Seria alcançado assim o que não foi possível em Augsburg 450 anos antes, a saber, o reconhecimento da catolicidade da posição dos reformadores.

Com o tempo ficou claro que este reconhecimento não passou de um sonho de certos teólogos, tanto católicos como luteranos, e, especialmente depois que João Paulo II foi eleito, entrou mais realismo na discussão. Pois a pergunta que agora foi levantada é: O que significaria um “reconhecimento” – uma vez que nem o papa, nem os luteranos podem dar um pulo de 450 anos para trás e eliminar o processo histórico e teológico pelo qual passamos. A igreja luterana mudou; existem comunidades que nem conhecem a CA, e teólogos que praticamente a rejeitam. Qual seria a vantagem de um reconhecimento nesta situação?. Também a igreja pós-tridentina é diferente da igreja que o Dr. Eck defendeu, especialmente no tocante às formulações mariológicas e à infalibilidade papal. Depois, perguntou-se: Qual seria a consequência jurídica de um reconhecimento? O que aconteceria com as demais confissões luteranas? A CA é realmente representativa para a posição luterana? E daí se pergunta: Se a CA não é representativa, de que adianta um reconhecimento para o diálogo católico-luterano? Com todas estas perguntas em aberto, ficou claro que não pode ser esperado um

(4) Daressalam 1977, epd – Dokumentation, Band 18. (Frankfurt/Main 1977) pag. 212

reconhecimento do Vaticano, e em um reconhecimento meramente festivo também não há muito interesse.

Mesmo assim, vale a pena dar ouvidos aos argumentos que certos teólogos católicos usaram em favor de um eventual reconhecimento. Um deles é o professor Heinrich Fries de Munique, que coloca os seguintes argumentos em favor do reconhecimento católico da CA (5).

Primeiro temos a intenção católica da CA, a qual quer expressar a fé universal e espera até hoje por uma resposta. Segundo, a CA, ainda hoje, conforme a opinião do professor Fries, é o documento mais importante e normativo da Reforma luterana. Terceiro, a CA pretende ser fiel ao fundamento bíblico (*verbindlich ausgelegte Schrift*), e como princípio, corresponde ao atual movimento ecumênico. Quarto, a CA aplica o método certo, começando com o mais importante e terminando com as práticas diferentes, e, ainda conforme Fries, trata-se do mesmo princípio que o Vaticano II adotou quando fala da "hierarquia das verdades" (6). Quinto e último ponto: Nos assuntos discutidos hoje em dia nos encontros ecumênicos, a saber, a questão da santa ceia, a confissão, a igreja, o ministério e a ordenação, — a CA apresenta subsídios muito valiosos para o diálogo ecumênico.

Não se sabe, se a discussão de um eventual reconhecimento da CA, por parte do Vaticano, vai continuar. Provavelmente logo vai desaparecer. Mas, mesmo assim, a função ecumênica da CA ficará na agenda.

É especialmente no artigo 7 que o caráter ecumênico fica bem claro. Este afirma que só é preciso concordar nas questões da pregação pura do evangelho e da administração reta dos sacramentos para que a igreja fique unida. Não importam as tradições e os ritos criados durante os séculos. A expressão "*satis est*" liberta do jugo de partidos e grupos na igreja, os quais querem defender idéias particulares, o que naquela época era efetuado pelo poder dos bispos e do papa, que queria obrigar os crentes a praticar o que não tem fundamentação bíblica, e sem dúvida, esta força libertadora a CA 7 tem também hoje.

Mas mesmo assim, o artigo apresenta problemas. Quem define a pregação pura do evangelho e a administração reta dos sacramentos? Na igreja evangélica — e também em nossa IECLB — existe a tendência espiritualista, (ou iluminista), de um lado, que cai

(5) Heinrich Fries, *Katholische Anerkennung des "Augsburger Bekenntnisses"*?, em: *Confessio Augustana — Hindernis oder Hilfe?* (Regensburg 1979), pág. 247-248.

(6) Vaticano II, Decreto sobre o ecumenismo, 11.

num subjetivismo total e pode ser comparada com o "entusiasmo", e o autoritarismo, do outro lado, que ou se manifesta como biblicismo ou como defesa do ministério infalível da igreja – naquela época representado pelo papalismo e hoje pelos gritos de ordem e autoridade na igreja.

Não é fácil achar o equilíbrio entre essas tendências. Talvez seja assim possível dizer que a própria CA – nos artigos 4 e 5 – dá margem tanto ao subjetivismo (a fé é dada onde o Espírito quiser, e com isto também a verdadeira fé), quanto também à autoridade da Escritura e do ministério. O importante, porém, ao meu ver, é que a comunidade como um todo coletivo confesse e viva esta pregação pura e a administração reta, no seu contexto eclesiástico.

Um outro problema está ligado à frase "satis est".. Será que isso se refere à exigência mínima ou à exigência máxima? Sendo a exigência mínima, será que significa "necessário é"? Neste caso ficamos novamente perto do confessionalismo que vê no "satis est" (= necessário é) uma exigência de confessar a pureza do evangelho com fórmulas fixas e idênticas àquelas que se encontram no Livro de Concórdia.

III. A CONFISSÃO DE AUGSBURGO NO CONTEXTO MISSIONÁRIO

Com isso chegamos ao último ponto de nossa consideração, a saber, o que significa a CA, ou melhor, qual o significado que a CA pode ter para a nossa igreja em nosso contexto missionário atual? Quando me refiro à igreja, quero expressar tanto a igreja como corpo, como as comunidades com seus pastores e leigos.

Os que assinaram a CA agiram como confessores – e poderíamos dizer como missionários – da sua convicção num ambiente pouco favorável à sua posição. Mas a consciência não permitiu que deixassem de testemunhar. Quem quer ser "augustano" deve ter esta mesma prontidão e coragem de confessar publicamente sua fé, mesmo quando as apostas não são favoráveis.

Como se faz isto? Gerhard Ebeling, em sua palestra proferida em Augsburg por ocasião do jubileu da CA (7), colocou três palavras chaves para compreender a importância da CA, também em nosso tempo: **confessar, consenso e consciência**. Estas três formam

(7) "Der Lauf des Evangeliums und der Lauf der Welt. Die Confessio Augustana einst und jetzt" – palestra apresentada em 26.06.1980, em Augsburg, Alemanha.

um triângulo que enquadra nossa responsabilidade no contexto missionário em que vivemos.

Primeiro, o confessar como acontecimento vivo e público, e com palavras próprias para a situação em que confessamos.

Segundo, é necessário que isto ocorra como consenso e não em forma de um dribble individualista. Aqui vejo um grande problema. Como é que nós, com a nossa famosa pluralidade, podemos confessar juntos, dizendo que as nossas comunidades ou a nossa IECLB tomam uma posição determinada, e que estamos prontos a defender essa posição como artigo determinante da fé, — até a morte se for necessário? Talvez o nosso problema seja o domínio dos teólogos. Será que alguns leigos conscientizados “à la Augsburg” poderiam garantir melhor a unidade da igreja no seu “status confessionis”?

A terceira chave — a consciência — já mencionei acima. Ela garante a autenticidade, não só com o meu sentimento particular, mas muito mais com aquilo que a Bíblia ensina e que é vivido nas comunidades.

Nesse sentido a CA pode nos estimular a transformar a presença luterana num movimento teológico no contexto brasileiro. Dr. Ishida disse numa palestra que este era o objetivo dos confessores de Augsburg, isto é, eles não queriam estabelecer muros e igrejas, mas procuraram defender posições teológicas que poderiam marcar toda a igreja. Ou em outras palavras: O nosso objetivo como luteranos — se esta palavra pode ser usada — não é o de fazer propaganda em favor de nossa igreja, mas testemunhar a justificação pela fé para que essa doutrina possa ser pregada em todas as igrejas. Quem prega isso é “luterano”, tendo ou não tal consciência. Em todo caso, o importante não é convertê-lo para a igreja luterana, mas para a pregação correta.

Há muitos pontos onde o contexto missionário brasileiro realmente precisa desse movimento luterano assim como a CA o apresenta de uma maneira exemplar. Darei alguns exemplos:

- O movimento luterano deve testemunhar a teologia da cruz perante a teologia da glória que é dominante tanto num catolicismo triunfalista como também num protestantismo que prega a felicidade aqui e agora para os seus adeptos.

- Deve defender a doutrina da justificação pela fé (CA 4) diante do sinergismo da religiosidade popular ou do moralismo do neo-protestantismo.

- Deve defender uma eclesiologia (CA 7) que se distancia tanto do universalismo como também do fragmentalismo das seitas.

– Deve defender um ministério (CA 5 e 14) que se distancia tanto do clericalismo quanto do autonomismo secular.

– Deve defender uma responsabilidade do cristão no mundo (CA 16 e 28) que evita tanto a fuga do mundo como também um ativismo que vê a meta final em si mesmo.

Com estes exemplos tentei mostrar que a CA pode ser mais que um impulso para um confessor atual. Ela também nos traz subsídios concretos para tal acontecimento. Pessoalmente acho que a observação do professor Fries de que a CA nos apresenta a melhor metodologia pela sua estrutura hierárquica, é muito válida, colocando-nos, assim, no consenso de toda a igreja cristã através dos séculos.

Uma palavra final sobre o que, ao mesmo tempo, é um problema final: O nosso distanciamento da CA. Vemos isso, em primeiro lugar, na questão dos sacramentos e no fato de que não podemos mais dizer que os sacramentos são celebrados com a máxima reverência em nossa comunidade. Tanto a definição, como também o uso dos sacramentos mudaram bastante nos 450 anos, e, na minha opinião, precisaremos reestudar a posição da CA e questionar a nossa.

Talvez seja essa a missão principal da CA depois desses 450 anos: levar a uma autocrítica e a uma nova confissão um pouco mais autêntica a respeito do que é a nossa fé e o que significa, questionados sempre pela realidade em que vivemos.